

A REFORMULAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA DO INSTITUTO FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO CÂMPUS UBERLÂNDIA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS DE ARTICULAÇÃO

Eliane de Souza Silva Bueno
IFTM - Câmpus Uberlândia Centro

aeliane@iftm.edu.br

RESUMO

Este artigo descreve parte do processo de reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária do Instituto Federal do Triângulo Mineiro Câmpus Uberlândia. Enfatizamos as reflexões ocorridas durante as reuniões envolvendo professores e técnicos da educação responsáveis por este curso. O que se pretende é que o novo Projeto Pedagógico efetive, de fato, a articulação entre o ensino profissional e a formação geral (ensino médio), além de propiciar a necessária atualização curricular. Como resultado do processo, mesmo a matriz curricular, mantendo a estrutura disciplinar, conseguimos motivar os docentes a vislumbrarem inúmeras possibilidades de articulação.

PALAVRAS-CHAVE: Reformulação – Reflexões - Reuniões - Articulação

A REFORMULAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA DO INSTITUTO FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO CÂMPUS UBERLÂNDIA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS DE ARTICULAÇÃO

1. INTRODUÇÃO

O processo de reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária iniciou no primeiro semestre de 2011, que resultou em uma dissertação de mestrado.

O trabalho foi realizado por uma comissão, designada pela direção geral do Câmpus Uberlândia, além de contar com a participação de professores e técnicos da educação envolvidos com este curso.

Teve como base para reflexões e discussões as transformações da sociedade; a política educacional do governo vigente, incluindo a legislação referente à Educação Básica e ao Ensino Profissional Técnico de nível médio; a matriz curricular do Curso Técnico em Agropecuária, implementada a partir de 2009, na forma integrada; além de textos e artigos científicos que contemplam a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade.

Neste trabalho, destacamos as reflexões que aconteceram durante as reuniões que resultou na reformulação deste Projeto Pedagógico, e as considerações finais apresentam uma síntese conclusiva dos resultados deste trabalho.

2. DESENVOLVIMENTO

As reuniões que constituíram este trabalho iniciaram-se em fevereiro de 2011. Na pauta estava o processo de reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária que seria efetivado pela comissão, em conjunto com os demais professores e técnicos da educação envolvidos com este curso.

Durante a reunião foi socializado que o processo de reformulação seria objeto de uma pesquisa de mestrado, e todos da comissão concordaram. Assim ficou combinado que deveríamos: considerar um novo modelo de ensino agrícola, que contemplasse as transformações da sociedade e os arranjos produtivos, perpassando pelas questões éticas e socioambientais; efetivar a articulação, de fato, entre o ensino profissional e a formação geral, resgatando metodologias interativas, por meio de projetos interdisciplinares/transdisciplinares; adequar o novo projeto pedagógico à legislação educacional vigente.

Selecionamos a bibliografia inicial que teríamos como referencial teórico durante o processo de reformulação, constituída por Paulo Freire, Gaudêncio Frigotto, Marise Ramos, Maria Ciavatta, dentre outras. Por último, definimos que a metodologia a ser utilizada, seria a pesquisa participante.

Foram feitas as seguintes sugestões: o novo Projeto Pedagógico deveria pautar-se nesse referencial teórico que repensa a educação profissional; deveria contemplar a questão do empreendedorismo como conteúdo de uma das unidades curriculares da nova matriz curricular; deveria propor uma articulação efetiva entre as unidades curriculares, a fim de tornar o curso mais interessante, e com formação mais ampla, além da formação técnica. Seria este momento uma oportunidade para rever a carga horária do curso, inclusive a do estágio curricular e as necessidades atuais do mundo do trabalho na área da agropecuária.

Foram feitas as seguintes considerações: o empreendedorismo e todo o processo de desenvolvimento de uma empresa devem ser trabalhados a partir da unidade curricular que já faz parte da matriz curricular em vigência, que é Gestão, o diferencial seria contextualizar esse conteúdo na área da agropecuária.

Continuando as discussões, um dos membros da comissão afirmou que o estágio curricular, em alguns casos, não tem correspondido com o seu objetivo que é a contextualização curricular e está faltando acompanhamento, diálogo e orientação para os estudantes.

A comissão entendeu que para resolver essas questões, o estágio curricular precisa ser repensado e regularizado conforme a Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes. Outra questão refere-se à carga horária atual de 240 horas, que precisa ser revista, de modo que os estudantes tenham condição de fazê-lo até o término do curso.

Em relação à articulação entre as unidades curriculares que compõem a matriz curricular, um dos membros da comissão relatou que, no ano de 1996, o Curso Técnico em Agropecuária era na forma concomitante e, mesmo assim, havia a articulação entre as unidades curriculares, por meio de alguns projetos interdisciplinares.

Esse mesmo professor ressaltou que essa articulação, que se constitui um diálogo entre os diversos saberes, deve acontecer independentemente de se adotar a forma integrada ou concomitante ao ensino médio.

Outro professor, também, membro da comissão, socializou uma experiência de outra instituição de ensino, onde a integração acontecia num curso de quatro anos, oferecendo uma formação mais abrangente, segundo ele "*sem correrias e atropelos*".

Pensando em nossa realidade, outro colega disse que um curso organizado dessa forma não corresponderia com as expectativas dos estudantes que optam pelos cursos oferecidos pelo IFTM Câmpus Uberlândia.

Após as discussões, a presidente da comissão sugeriu que fosse organizado um cronograma para realização dos próximos encontros, para que a comissão se apresentasse e para que fossem iniciados os trabalhos com a participação coletiva e democrática de todos envolvidos com o curso.

Nos dias 18 e 22 de março de 2011, aconteceram as duas reuniões planejadas inicialmente. No dia 18, a comissão apresentou-se aos demais professores envolvidos com o Curso Técnico em Agropecuária e esclareceu que o objetivo daquele encontro era socializar e contar, a partir daquele momento, com a participação de todos na reformulação do Projeto do Curso.

Um dos membros da comissão acrescentou que o processo de reformulação deveria ser democrático, de forma que todos teriam espaço para expor seus posicionamentos, a fim de adequar a matriz curricular atual às reais necessidades do curso. Destacou que esta reformulação não era uma imposição institucional, mas uma necessidade do curso e que, por isso, seria importante que todos se envolvessem, inclusive incentivando os seus pares a participarem de todas as reuniões.

Complementando os colegas, outro membro da comissão destacou a importância desses momentos, pois se constituíram em possibilidade de aprofundar as discussões sobre a articulação, de fato, entre o ensino profissional e a formação geral.

Em seguida, a comissão reforçou a necessidade desta articulação, enfatizando que cada unidade curricular não pode ficar apenas dentro dos limites de sua área de conhecimento. A reforma curricular ocorrida, no final de 2008, foi apenas na mudança da forma concomitante para integrada com adequação de cargas horárias e inclusão de algumas unidades curriculares para atender à legislação vigente, como por exemplo, a Língua Estrangeira Espanhola.

Dando sequência, outro membro da comissão fez as seguintes considerações em relação ao processo de reformulação: necessidade de contemplar as inovações tecnológicas; reflexão sobre um número significativo de estudantes que ingressam no IFTM - Câmpus Uberlândia visando, exclusivamente, à preparação para o prosseguimento em cursos superiores, situação que reforça a necessidade de estar sempre contextualizando a formação geral com a área da agropecuária, para que os estudantes não percam o foco da formação profissional; necessidade de conhecer a legislação vigente, para que essa nova proposta pedagógica tenha respaldo legal; reflexão sobre a

organização do curso em etapas com terminalidade, por meio de saídas intermediárias, que possibilitem a obtenção de certificados de qualificação.

A partir das exposições acima, foram sugeridas as seguintes propostas: que a nova matriz curricular fosse concluída em 2011, com o intuito de colocá-la em vigor a partir do 1º semestre de 2012; que todos os professores e técnicos da educação, responsáveis pelo curso, participassem das discussões para materializar a integração, de fato, entre as áreas de conhecimento que compõem o curso.

Prosseguindo nas discussões, um professor ressaltou que, em muitos momentos, a aula fica desinteressante em função de conteúdos que são repetidos e que já foram trabalhados em outras aulas ou estão sendo trabalhados ao mesmo tempo por mais de um professor, em unidades curriculares diferentes. Se houvesse o conhecimento do que cada um trabalha e um planejamento em conjunto, essa situação poderia ser evitada.

Esse mesmo professor observou que conhecendo todas as ementas das unidades curriculares que compõem a formação do técnico em agropecuária, os colegas teriam a possibilidade de iniciar o processo de articulação, embora nem todos conseguissem efetivar este processo de imediato, devido a sua formação universitária, decorrente de conceitos e da lógica disciplinar.

Para exemplificar essa possibilidade de articulação, a professora da área zootécnica e membro da comissão, citou o exemplo da unidade curricular “Introdução à Zootecnia I e II” com a unidade curricular de Biologia: *como a Introdução à Zootecnia I e II trata de temas também abordados pela unidade curricular de Biologia, há grande possibilidade de articulação nos temas que se referem à fisiologia do organismo (cardíaco, respiratório, digestão e reprodução), genética e, sistema de defesa do organismo. Estes temas são abordados na área zootécnica utilizando os animais como referência, e a biologia aborda utilizando o corpo humano como referência. A articulação pode ser feita através de trabalhos em conjunto e também na melhor adequação da carga horária da Biologia, pois poderá reduzir o tempo de aula despendido para estes temas trabalhados nas unidades zootécnicas e utilizar esta carga horária para outros conteúdos.”*

Pensando na exposição das ementas, a professora de Língua Portuguesa e membro da comissão, ressaltou que esta apresentação deveria ser sintética, em função do número de professores que ministram aulas no Curso Técnico em Agropecuária, de modo que todos pudessem conhecer o que cada um trabalha e visualizar as possíveis articulações.

Complementando a sugestão da professora, a comissão pediu que os docentes refletissem sobre qual seria a melhor forma de articular a educação

profissional com a formação geral. Continuaríamos com a forma integrada ou, voltaríamos para concomitância interna?

Sobre essa questão, foi sugerido que esclarecêssemos sobre as diferenças básicas entre as duas modalidades. Um dos participantes explicou que conforme o dispõe o Decreto nº 5154/2004, a forma integrada é oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino.

Já na forma concomitante, o estudante precisa ter concluído o ensino fundamental ou estar cursando o ensino médio.

Complementando o assunto, outro membro da comissão esclareceu que a forma integrada atual foi uma escolha do corpo docente e técnicos da educação, ocorrida em reunião, no final de 2008, para atender à legislação vigente.

Prosseguindo, o professor da unidade curricular de Geografia alertou sobre a importância de conhecer os números de evasão, o perfil dos egressos e suas expectativas profissionais.

Em resposta, a presidente da comissão disse que o Câmpus Uberlândia promove, de dois em dois anos, o encontro de egressos, porém faltam informações desse tipo nos registros e, que iria repassar esta sugestão para o setor responsável pela organização desse evento. Em relação à evasão, obteríamos os dados com as técnicas da educação.

A comissão finalizou a apresentação, solicitando aos docentes que preparassem suas apresentações e conferissem as seguintes questões na unidade curricular que ministram: a carga horária, nomenclatura, ementa e disposição (semestre) na matriz curricular, no sentido de atualizá-la.

Em seguida, o professor da unidade curricular de Física sugeriu que os professores fizessem uma síntese da sua unidade curricular e socializasse para os colegas antes da próxima reunião, para que todos tivessem condição de visualizar as possibilidades de articulação.

A partir da sugestão deste professor, a comissão ressaltou que isso só seria possível através da criação de um documento virtual no Google Docs., pela falta de disponibilidade de horários para as reuniões. No intuito de colaborar, outro professor se dispôs a criar o documento virtual no Google Docs. e encaminhar a todos.

Novamente, o professor da unidade curricular de Geografia sugeriu que o ensino profissional fosse ministrado semestralmente. Em resposta, a comissão

explicou que, a princípio, não via nenhum problema e que esse assunto seria discutido nos próximos encontros.

A reunião do dia 22 de março aconteceu com a mesma pauta da reunião anterior, e foi finalizada com a comissão propondo apresentar as informações postadas no Google Docs. para a próxima reunião.

A quarta reunião ocorreu no dia 18 de abril e iniciou-se com a presidente da comissão avaliando as contribuições dos professores no documento coletivo postado no Google Docs.

Em relação às informações postadas referentes ao ensino profissional, os professores organizaram-se em dois núcleos, área zootécnica e área agrícola, encaminhando cada uma, as sugestões e a sequência de conteúdos considerados imprescindíveis para a organização da nova matriz curricular.

Dando sequência à reunião, a comissão lembrou que as unidades curriculares que compõem a formação geral deveriam ter suas ementas revistas tendo como referência as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino médio (Brasil, 1998), a Matriz de Referência do ENEM (Brasil, 2009), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (2010) e o Regulamento Didático-pedagógico para os Cursos Técnicos do IFTM (2010).

A comissão reiterou, ainda, que as unidades curriculares que compõem a formação profissional deveriam ter também como base, em suas análises, o documento sobre (Re)significação do ensino Agrícola, criado em 2009, que descreve e sistematiza ações para reestruturar o ensino agrícola na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Um professor, representante da área de topografia falou sobre a necessidade de estarmos atentos aos conhecimentos que precisam ser contemplados para que o egresso do desse curso consiga seu registro no CREA-MG.

Para o mês de maio, ficou programado a palestra sobre “o exercício da docência e as possibilidades de organização de práticas pedagógicas interdisciplinares e transdisciplinares” no contexto da educação profissional, organizada para subsidiar as discussões durante o processo de reformulação.

No dia 2 de maio, ocorreu a quinta reunião dos membros da comissão, com o objetivo de analisar e organizar as informações postadas no Google Docs. Abaixo, as postagens:

1) Modalidade concomitante ou integrada ao Ensino médio - dois professores opinaram para voltar à concomitância, 16 pela permanência da forma integrada e 3 não opinaram;

2) Matriz Curricular organizada de forma que possibilite a qualificação, por meio de entradas e saídas intermediárias – 9 professores optaram pela possibilidade de qualificação, 4 discordaram e oito não responderam;

3) Sugestões: unidades curriculares ministradas semestralmente e a inclusão da unidade curricular de Gestão Ambiental.

Terminada as apresentações, a comissão fez um novo cronograma de trabalho, distribuindo tarefas conforme a área de formação dos participantes, ficando assim: dois grupos de trabalho, sendo que um ficaria responsável pela análise das ementas da formação geral e outro ficaria com as ementas do ensino profissional. O grupo que ficou para analisar as ementas referentes à formação geral, teve como base as Diretrizes Curriculares Nacionais para Ensino médio (Brasil, 1998), as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica (Brasil, 2010), a Matriz de referência do ENEM (Brasil, 2009) e o Regulamento Didático-pedagógico do IFTM.

O segundo grupo ficou com as unidades do ensino profissional, tendo como referência o documento de (re)significação do ensino agrícola (2009), o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (Brasil, 2007), as especificações do CREA, os arranjos produtivos da mesorregião do Triângulo Mineiro, as inovações tecnológicas na área da Agropecuária e a legislação vigente para a Educação Profissional.

Nos dias 20 e 27 de maio aconteceram as reuniões para apresentação das ementas analisadas, pelos dois grupos formados pela comissão. Abaixo apresentamos a ementa da unidade curricular de Arte.

Unidade Curricular: Arte

Série: 1^a

Ementa: Fundamenta-se no princípio da formação do estudante como sujeito autônomo, crítico e reflexivo – que atua de modo consciente e inovador no contexto sociocultural em que vive. Oferece um repertório de imagens, gestos, sons, vivências artísticas, conceitos, linguagens, técnicas e tecnologias expressivas que permite compreender a Arte como conhecimento, cultura e expressão.

Disposições legais às quais é obrigada a atender: Lei 11.769/2008, que trata da obrigatoriedade da Música na Educação Básica e Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que versam sobre a obrigatoriedade do ensino da Cultura Afro-Brasileira e da história e cultura afro-brasileira e indígena.

Conteúdos e Temáticas

1. O que é Arte? Conceitos e Definições
2. O papel e função da Arte em diferentes contextos históricos e sociais
3. A Arte na construção da identidade humana (o retrato e o autorretrato) como gênero de Arte
4. A Arte e suas linguagens expressivas na diversidade cultural contemporânea

(conceito de Cultura e suas classificações). Patrimônios Culturais - materiais e imateriais (mundial, nacional e local) – Os fazeres artesanais

5. A Arte e suas possíveis relações com o mundo do trabalho (Comunicação e Programação Visual – aplicabilidades) (Designer de objetos – reciclagem e reaproveitamento de materiais)

Documentos de referência:

- Matriz Curricular do ENEM (Matriz de Referência de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias - Competência de área 4 - Compreender a arte como saber cultural e estético gerador de significação e integrador da organização do mundo e da própria identidade

- CBC /MG Ensino médio

- Proposta Curricular do Estado de São Paulo - Ensino médio

Possibilidades de Ações inter/transdisciplinares:

Formação Geral (Ensino médio)

- História** - no tocante às concepções de memória, registro e tradição necessários para a compreensão dos questionamentos quanto à preservação e valorização dos patrimônios materiais e imateriais e dos saberes formalizados oralmente.
- Sociologia** (2ª Série - Cultura, diferenças culturais, etnocentrismo X relativismo cultural, formas de dominação e imposição cultural, indústria cultural, globalização X localismo.)

Ensino Profissional:

- Cartografia.** Os fundamentos e exercícios práticos relacionados à percepção do espaço e representação de planos e da perspectiva trabalhados durante o 1º ano (itens 4.2 e 5.1 da ementa) podem fundamentar as relações espaciais necessárias no estudo da Cartografia na 2ª Série. As possíveis ações educativas envolvendo as duas unidades curriculares já estão sendo discutidas e articuladas entre os dois professores;
- Produção agroindustrial** – trabalhar com a estética das embalagens dos produtos. Fazer uma correlação de desenhos artísticos com a Matemática, a Física e demais unidades curriculares.

Fonte: Unidade Curricular (2011)/Google Docs.

Durante as apresentações ficou demonstrado que, em algumas unidades curriculares referentes à formação geral, por exemplo, Física, Matemática, Biologia e Química, há uma necessidade de aumentar a carga horária em função dos conteúdos que são cobrados para esta etapa da Educação Básica, situação que pode ser amenizada, por meio de um planejamento em conjunto.

Na apresentação do ensino profissional, a comissão esclareceu que as unidades curriculares que representam as áreas animal e vegetal, para não se tornarem repetitivas quando ministradas, foram criadas outras unidades curriculares que abordam conceitos básicos. Por exemplo, na área agrícola, condições do solo, germinação, e outras. Na área animal seria nutrição; conhecimento do organismo animal, e outras.

Finalizadas as apresentações, a comissão combinou para o final de julho, uma discussão sobre a questão de fazer a articulação, de fato, no Curso Técnico em Agropecuária, tendo como referência os seguintes textos: “Educação profissional e Ensino médio integrado no Brasil: Um balanço das conquistas e reivindicações”, da revista Poli de jan/fev 2011, “Possibilidades e desafios na organização do Projeto Pedagógico integrado”, Marise Ramos, do livro Ensino médio: Concepção e Contradições (2005), sugeridos por um dos membros da comissão.

O encontro programado aconteceu no dia 29 de julho de 2011 e, teve como pauta reflexões sobre os textos acima; apresentação da Matriz Curricular; definição da forma de articular a formação geral com a formação profissional; normativa nº 4/2011 da PROEN, que instituiu a Introdução à Metodologia Científica nos cursos técnicos; a Resolução nº 1/2005 que trata da obrigatoriedade de contemplar nos cursos técnicos questões relacionadas com as relações étnico-raciais e o ensino de História e cultura Afro-Brasileira e Africana.

Em seguida, iniciamos as discussões sobre os textos citados na reunião anterior com uma apresentação, por um dos membros da comissão para os demais professores: “Educação profissional e Ensino médio integrado no Brasil: Um balanço das conquistas e reivindicações”, da revista Poli de jan/fev 2011, com as seguintes interrogações: Por que a educação profissional apareceu com tanta força no cenário eleitoral? Qual o cenário da formação profissional técnica integrada ao Ensino médio no Brasil? E quais as perspectivas para a área nos próximos anos?

Com o intuito de buscar respostas para as questões, citamos os argumentos de alguns educadores. Para Cláudio Gomes (EPSJV/Fiocruz), os aspectos econômicos, ideológicos e mais diretamente eleitorais; criação de 214 novas escolas técnicas federais; necessidade de ensino médio de qualidade para população pobre. O autor pondera sobre o conteúdo político e ideológico; a cidadania e a educação nesse contexto aparecem como forma de recompor trabalhadores subalternizados no processo produtivo contemporâneo.

Para Virgínia Fontes (UFF), vivemos hoje uma certa escassez de mão de obra que tenha uma formação minimamente consistente. Isso não vinha acontecendo nos últimos 15 ou 20 anos.

Também foram socializados os dados do Ministério da Fazenda sobre o crescimento médio da economia (2010): entre 1998 e 2002 = 1,7%; entre 2003 e 2009 = 3,6%.

Para Marise Ramos (EPSJV/UERJ), o eixo norteador da valorização da educação profissional atualmente, não é político-pedagógico e, sim, econômico. A autora traça a trajetória histórica da Educação Profissional.

Complementa destacando que as Políticas Públicas atuais não são positivas, se mantida a lógica economicista (formação para mão de obra); devemos aproveitar o momento para defender uma educação pública e de qualidade, relacionando trabalho, ciência e cultura.

Para Cláudio Gomes a integração curricular não trata exclusivamente da modalidade integrada; o princípio da integração é o trabalho, que deve ser observado em qualquer modalidade, e deve organizar a educação profissional e o ensino médio;

No texto “Possibilidades e desafios na organização do Projeto Pedagógico integrado”, Ramos (2005) visa estabelecer um diálogo com os professores e insiste na necessidade de se resgatar a centralidade do ser humano no cumprimento das finalidades do ensino médio e da educação profissional.

O projeto pedagógico integrado defendido por Marise Ramos define a “educação como meio pelo qual as pessoas se realizam como sujeitos históricos que produzem sua existência pelo enfrentamento consciente da realidade dada, produzindo valores de uso, conhecimentos e cultura por sua ação criativa”.

Ainda ressalta que o objetivo não é, sobretudo, a formação de técnicos, mas de pessoas que compreendam a realidade e que possam também atuar como profissionais.

No dia 26 de agosto de 2011, depois de muito diálogo e um envolvimento significativo de professores e técnicos da educação com o processo de reformulação do Curso Técnico em Agropecuária, ocorreu a décima reunião.

Dos 47 (quarenta e sete) educadores convidados, apenas 13 (treze) não compareceram. O clima era festivo e a sensação que experimentávamos naquele momento era de dever cumprido, depois de tanto trabalho (reuniões, estudos, discussões, pesquisa, palestras, e outras atividades), a nova matriz curricular estava formatada para ser visualizada.

Um membro da comissão apresentou a matriz curricular, mostrando as contribuições de todos até naquele momento e ressaltou que caso surgissem outras sugestões, ainda poderíamos acrescentar.

Durante a reunião, a professora da unidade curricular de Inglês sugeriu que a conclusão das ementas acontecesse em conjunto com os colegas de outras unidades curriculares, para que pudessem iniciar o processo de articulação e citou o exemplo de artigos científicos ou relatórios de atividades técnicas relacionados com a área da Agropecuária para serem trabalhados em suas aulas.

A professora da unidade curricular de Química socializou uma ideia:

“As aulas acrescentadas ou deslocadas de outras unidades curriculares seriam unidas todas e repartidas entre as 2ª e 3ª séries, em um conteúdo, por exemplo, de “Laboratório de Ensino ou de Aprendizagem”. Nele, os professores de Química, Física, Biologia e Matemática se revezariam para ministrar aulas práticas e/ou módulos combinados em trabalhos de campo e/ou outras atividades de cunho aplicativo aos conteúdos, mas com uso de recursos diferenciados. Todas as turmas de cada série teriam o horário dessa unidade curricular em conjunto. Assim, os professores envolvidos teriam também a chance de trabalhar pequenas atividades em conjunto.”

A ideia agradou aos professores, particularmente, os que necessitavam de aumentar suas cargas horárias em função do conteúdo a ser ministrado.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho possibilitou compreender a importância da participação coletiva na reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária, daqueles (professores e técnicos da educação) que, efetivamente, colocam a *mão na massa* para formar profissionais, no IFTM Câmpus Uberlândia.

Compreendemos que a globalização e as inovações tecnológicas, com seus resultados no mundo do trabalho e nas relações de produção, juntamente com as reconfigurações atuais dos espaços rurais, foram referências para a efetivação deste trabalho.

Neste contexto, buscamos concepções metodológicas interativas que efetivem um ensino que leve à inclusão e à emancipação. Uma formação que favoreça um pensamento relacional, crítico e criativo, enquanto os jovens sejam estudantes e, posteriormente, técnicos em agropecuária ou prosseguindo seus estudos.

Compreendemos que, qualquer iniciativa de mudança de conceitos e princípios no cotidiano escolar requer ponderação e respeito ao ofício do professor, que se consolida no fazer pedagógico diário e na busca pela fundamentação teórica e metodológica, por meio da formação continuada. É com este pensamento e nesta direção que pretendemos efetivar um currículo articulado.

Por fim, gostaríamos de ressaltar que as discussões ocorridas, não terminam com este trabalho. Ao contrário, acreditamos que o processo de reformulação do Projeto Pedagógico desse curso possibilitou-nos uma pausa para fazer as atualizações curriculares necessárias, em relação à área da agropecuária, mas principalmente, para começarmos a enfrentar o desafio da

implementação de um currículo articulado. “As possibilidades concretas só se configurarão se nos dispusermos a construí-las” (RAMOS, 2005, p. 125).

4. REFERÊNCIAS

1. BRANDÃO, Carlos R. (Org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
2. _____. **Decreto n. 5154, de 23 de julho de 2004**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 5 fev. 2011.
3. _____. **Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio dos estudantes. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em 12 ago. 2011.
4. _____. Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008. Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/lei/L11769.htm>. Acesso em: 18 mar. 2011.
5. CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.). **Ensino médio Integrado - Concepções e Contradições**. São Paulo: Cortez, 2005, p. 83-105.
6. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, (Coleção Leitura), 1996.
7. GLOBO RURAL. **Criar animais sem sofrimento é tendência de mercado consumidor**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2012/02/criar-animais-sem-sofrimento-e-tendencia-de-mercado-consumidor.html>>. Acesso em: 17 mar. 2012
8. INSTITUTO FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO. **Regimento Geral**. Disponível em: <http://www.iftm.edu.br/instituto/regimento_geral.pdf>. Acesso em: 10 set. 2011.
9. LEAL, Leila. **Educação profissional e ensino médio integrado no Brasil: um balanço das conquistas e reivindicações**. Revista Poli, Rio de Janeiro, Ano 3, n. 15, jan./fev. 2011, p. 2 a 9.
10. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Profissional. **Os Institutos Federais: Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, DF: MEC/SETEC, 2009.
11. RAMOS, Marise. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.). **Ensino médio Integrado - Concepções e Contradições**. São Paulo: Cortez, 2005, p. 106-125.

12. SEMINÁRIO NACIONAL DO ENSINO AGRÍCOLA. **(Re)significação do Ensino Agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. 1., 2008, Brasília, DF. **Documento final**. Brasília, DF: MEC/SETEC, 2009.